



Expresso

Economia

17-12-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Economia

Dimensão: 563

Imagem: S/Cor

Página (s): 8

Nota negativa para Vítor Gaspar

Economistas e empresários voltaram a chumbar o Orçamento do Estado na análise Budget Watch realizada pela Deloitte e pelo ISEG. A nota melhorou mas continua bastante longe dos mínimos para passar

Fazer um Orçamento do Estado é um exercício sempre difícil e é impossível agradar a gregos e troianos. Em tempos de forte austeridade, as coisas tornam-se ainda mais complicadas. Por isso, ninguém estranha as críticas ferozes que têm vindo de vários quadrantes da sociedade portuguesa. Quando o Governo corta despesa e aumenta impostos está a mexer diretamente na carteira dos portugueses que, como já se sabe, não gostam disso.

Mas longe da análise mais emocional do Orçamento, que todos os portugueses fazem por o sentir diretamente na pele, os resultados também não são muito animadores. A análise Budget Watch ao Orçamento de 2012, realizada numa parceria entre o Expresso, o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e



O humor do ministro das Finanças, Vítor Gaspar, não é suficiente para convencer economistas e empresários FOTO JOSÉ VENTURA

a consultora Deloitte, volta a 'chumbar' violentamente o documento apresentado por Vítor Gaspar em outubro.

Do lado dos empresários, consultados pela Deloitte para elaboração do índice Pro-Business, o divórcio face às opções do Governo é claríssimo. As críticas ouvidas dos vários empresários que participaram na análise ao Orçamento (ver lista de todos os participantes ao lado) vão para a falta de medidas orientadas para o crescimento económico e criação de emprego e também a falta de atenção do Governo às necessidades e preocupações do tecido empresarial. Na nota final, o índice do Orçamento de 2012 ficou nos 35,5 numa escala de 0 a 100. Um resultado clara-

mente negativo, que representa uma melhoria face aos 25,6 de 2011, mas que fica abaixo dos 36,5 registados no Orçamento de 2010 ainda com Teixeira dos Santos no Terreiro do Paço e Sócrates em São Bento.

As principais críticas dos empresários vão para a falta de informação sobre os programas já realizados ou propostos na área do emprego, o facto de o Orçamento ser pró-cíclico (agrava a crise) e a fiscalidade e investimento em inovação.

Percebe-se o desalento das empresas que, com dois anos de forte recessão, veem a sua procura cada vez mais afetada, ao mesmo tempo que, em vários casos, terão que pagar mais impostos. O problema deste aparente 'di-

vórcio' entre a política económica e as empresas, como lhe chama a Deloitte, acabará por resultar num efeito ainda mais negativo do Orçamento sobre a situação económica. Além do impacto económico direto, inevitável quando se fazem cortes drásticos de despesa e se aumentam impostos, a falta de incentivos às empresas pode agravar substancialmente as expectativas dos empresários. Apenas um item, relativo à informação sobre compromissos do Estado, dívida pública e externa, chega aos 50%.

Nota negativa na academia

No mundo académico, o resultado também não foi famoso. A análise de 13 economistas a par-

tir de um relatório técnico sobre o Orçamento coordenado por Paulo Trigo Pereira, do ISEG (com a colaboração de João Duque, João Ferreira do Amaral, Jorge Santos, Manuela Arcanjo e Miguel St. Aubyn, do mesmo instituto), chumbou o primeiro Orçamento de Passos Coelho. O índice orçamental ISEG subiu face ao ano passado, de 38,1 para 41,8, mas continua bastante abaixo da linha de água.

Com o pior resultado, os especialistas destacam a falta de uma análise de sensibilidade das receitas e despesas face aos diferentes cenários macroeconómicos. O Orçamento tem uma previsão de queda do PIB de 2,8% que, nesta altura, parece já otimista perante proje-

Os participantes

António Afonso (ISEG e BCE), Carlos Marinheiro (Coimbra), João Ferreira do Amaral (ISEG), Jorge Santos (ISEG), José da Silva Costa (Porto), Linda Veiga (Minho), Manuela Arcanjo (ISEG), Miguel St. Aubyn (ISEG), Paulo Trigo Pereira (ISEG), Pedro Pita Barros (Nova), Ricardo Cabral (Madeira), Ricardo Reis (Columbia), Vítor Bento (SIBS), António Mota (Mota-Engil), Belmiro de Azevedo (Sonae), Dionísio Pestana (Pestana), Francisco Pinto Balsemão (Impresa), João Martins Serrenho (CIN), João Nuno Macedo Silva (RAR), João Paulo Carvalho (Quidgest), Paulo Pereira da Silva (Renova) e Salvador Guedes (Sogrape).

ções entretanto divulgadas, o que o Governo já reconheceu. É isso que comprometer as metas traçadas por Vítor Gaspar. A articulação do Orçamento com as Grandes Opções do Plano e a informação sobre impactos futuros de grandes projetos de investimento públicos são as outras duas questões pior classificadas.

Em contrapartida, os economistas valorizam o facto de o Orçamento representar uma consolidação das Finanças Públicas — a nota mais alta —, o défice estar em linha com o Documento de Estratégia Orçamental, o relatório explicitar de forma adequada os objetivos de política económica e também não haver receitas extraordinárias previstas.

Um dos principais riscos é que o agravar, mais do que esperado, da crise económica face ao cenário do Governo obrigue à tomada de novas medidas de austeridade e/ou ao recurso a novas receitas extraordinárias. O truque dos fundos de pensões da banca, a *troika* já disse, não pode ser repetido, mas há sempre outras alternativas. J.S.